

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 36

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. -----
2. Apreciação e Votação das condições de atribuição do apoio e minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Orçamento Colaborativo 2025. -----
3. Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. -----
4. Apreciação e Votação das Opções do Plano e Orçamento para 2025. -----
5. Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de setembro de 2024 a 30 de novembro de 2024. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Gianpiero Freire de Zignoni, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, Abel Rodrigues Magalhães e Paulo António Constantino de Sá Pinto. -----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Abílio Manuel Pacheco Rodrigues e Diogo Miguel Alves Duarte Bento. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Tiago João Peixoto Fonseca e António Miguel da Costa Cardoso Antunes. -----

Bloco de Esquerda – Miguel Albergaria Furtado Semedo e Rita Aires Pacheco Domingues. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Frederico António Nunes Ferronha. -----

Faltas: -----

Aqui há Porto-RM – António José Cardoso de Barros, substituído por Paulo António Constantino de Sá Pinto. -----

PS – Sandra Maria Ribeiro Mondim, substituída por Abílio Manuel Pacheco Rodrigues e Abílio Pereira dos Santos, substituído por Diogo Miguel Alves Duarte Bento. -----

O Deputado José António Teixeira não esteve presente na Assembleia e não foi possível a sua substituição. -----

BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho, substituído por Miguel Albergaria Furtado Semedo e Teresa Marisa Alves Martins, substituída por Rita de Aires Pacheco Domingues. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier, substituída por Frederico António Nunes Ferronha. Este Deputado não esteve presente na Assembleia. -----

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

Aqui há Porto-RM – António José Cardoso Barros. -----

PS – Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos, Pedro Miguel Alves Moreira de Castro e Meneses, Palmira Rosa Pereira da Costa Barbosa e Alírio Machado Alves Coutinho. ----

B.E. – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Teresa Marisa Alves Martins. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Vogal Tesoureiro) e os Vogais: Augusto Artur Saldanha e Ângela Maria Fanguero Cintra. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia Ordinária e de imediato deu a palavra ao 1º Secretário da Mesa. -----

Mário Praça (1º Sec. Assembleia) – Interveio para ler o Edital e de imediato procedeu à chamada dos presentes. Informa que neste momento estão 17 Deputados presentes. O Deputado José António Teixeira, do PS, não esteve presente e não foi possível a sua substituição. Também o Deputado Frederico António Nunes Ferronha, não esteve presente e também não foi possível a sua substituição. -----

Presidente da AF – Informa que as pessoas que ainda não tenham assinado o formulário para a transmissão, que o fizessem e agradeceu. Antes de começar informa que vão fazer um périplo pelas Atas que estão em atraso e que são para aprovação. Ata nº 30 do dia 20/03/2024 Assembleia de Freguesia Extraordinária. Efetuou a leitura dos Membros presentes e que podem votar. A mesma é aprovada por unanimidade das pessoas que estiveram presentes. De seguida foi colocada a votação a Ata nº 31 do dia 29/04/2024 – Assembleia de Freguesia Ordinária. Efetuou a leitura dos Membros presentes e que podem votar. A mesma é aprovada por unanimidade das pessoas que estiveram presentes. De seguida passou-se à votação da Ata nº 32, do dia 17/05/2024 – Continuação da Assembleia de Freguesia Ordinária, suspensa no dia 29/04/2024. Efetuou a leitura dos Membros presentes e que podem votar. A mesma é aprovada por unanimidade das pessoas que estiveram presentes. De imediato foi colocada a votação a Ata nº 33, do dia 28/06/2024 – Assembleia de Freguesia Ordinária. Efetuou a leitura dos Membros presentes e que podem votar. A mesma é aprovada por unanimidade das pessoas que estiveram presentes. De seguida foi colocada a votação a Ata nº 34, do dia 25/09/2024 – Assembleia de Freguesia Ordinária. Efetuou a leitura dos Membros presentes e que podem votar. A mesma é aprovada por unanimidade das pessoas que estiveram presentes. Foi colocada a votação a Ata nº 35, do dia 09/10/2024 – Continuação da Assembleia de Freguesia Ordinária, suspensa no dia 25/09/2024. Efetuou a leitura dos Membros presentes e que podem votar. A mesma é aprovada por unanimidade das pessoas que estiveram presentes. De seguida perguntou se algum elemento do público aqui presente pretende fazer alguma intervenção, mas ninguém se inscreveu para o fazer. De imediato entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo informado da existência de 2 Moções do PSD, sendo a 1ª intitulada “Fortalecer a Segurança Pública no Porto: um compromisso”. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Apresentou a Moção: “Fortalecer a Segurança Pública no Porto: Um Compromisso” anexo á ata com o nº 1, não leu na integra, mas referiu os pontos que vão a votos. -----

Vítor Vieira (CDU) – Iniciou a sua intervenção por dizer que na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, cumprimenta todos os presentes. Sobre esta Moção do PSD que aqui apresenta afirma que quando a leu, nem queria acreditar, porque o PSD é aquele partido que criou as superesquadras, desmontou o policiamento de proximidade, militarizou a polícia, porque atualmente qualquer polícia parece um militar. Neste documento não existe nenhuma referência ao Conselho Municipal de Segurança e depois o resto é tudo, mas tudo para o Estado policial. Investe em equipamentos, especialização, em instalações, qualificação das condições remuneratórias das forças de segurança, nem entra porque já sabem o que é que o PSD fez desde os velhos tempos secos e molhados. Reorganização dos Serviços Administrativos contratando trabalhadores para funções administrativas libertando os agentes de autoridade para irem para a rua, mais efetivos da PSP, mais polícias na rua. A qualquer altura parece que querem um polícia atrás de cada cidadão. Não é por esse caminho que se vai conseguir melhorar a segurança. Há um aspeto aqui que o choca e o caso da videovigilância. Não há um único elemento que comprove qualquer interesse da videovigilância para reduzir a criminalidade. Não há, podem procurar, saltar e correr. Não existe nada que comprove que a videovigilância que se intromete na vida do cidadão vai reduzir a criminalidade. Já colocou esta situação às autoridades policiais e calaram-se. Não há. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Afirma que de facto ao ler, neste momento, viram um erro e pretendem retificar, pois o Deputado Vítor Vieira alertou e tem razão. Em relação ao Ponto d), não é “Comando do Porto”, mas sim do “Concelho do Porto”. Têm de fazer esta retificação na Moção. É verdade que a videovigilância é dissuasora há mais de noventa casos que foram comprovados que não houve devido à captação de imagens. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto) – Interveio para dizer que gostava de dar as boas-vindas ao PSD-Porto e ficou bastante interessado na parte em que fortalecer a segurança, instar o Executivo ou a apresentar ao governo várias medidas entre as quais, mas eles fazem parte do governo e, portanto, isto é um ligeiro pormenor. Como o Deputado Vítor Vieira tem razão, mencionou e com alguma razão, tendo em conta que fazem parte do ato de governação juntamente com o PS, as responsabilidades do estado da Polícia de Segurança Pública, cai em cima de quem tem estado no governo nos últimos 50 anos. Estiveram nos últimos 50 anos dois Partidos no Governo: PSD e o PS. Portanto o que quer que esteja a acontecer faz parte da responsabilidade destes Partidos. Há que recordar que por exemplo pedir aqui o aumento de vagas efetivas na PSP, seja no Concelho ou no Comando do Porto, quando as vagas que existem não estão a ser preenchidas acaba por ser um facto que não vai trazer benefícios. Há que recordar que quer por parte do Executivo Municipal que até chegou a ceder colocar viaturas ao serviço da PSP, quer por parte do atual Executivo da Junta de Freguesia que se tem manifestado múltiplas vezes em relação às regras de segurança e à época não viu grandes manifestações de apoio por parte do PSD. Fica contente por agora todos estarem a remar para o mesmo lado. -----

Presidente da AF – Perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra, mas ninguém se inscreveu. Afirmou após a correção efetuada que em vez de Comando do Porto, ser Concelho do Porto. De imediato procedeu-se à votação, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 4 do PSD. Votos contra: 10, sendo 6 do Aqui há Porto – RM, 2 do BE e 2 Da CDU. Abstenções: 3, do PS. Esta Moção foi rejeitada. Por indicação do BE, informa que este Partido vai enviar a posteriori uma Declaração de Voto que ficará anexa a esta ata, com o nº 2. Aproveitou para

informar que aceita esse documento, mas no prazo de 3 dias. De seguida deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Afirmou que ficou surpreso porque parece que há vários Movimentos e Partidos diferentes, porque esta mesma Moção foi a Executivo Municipal e foi aprovado por unanimidade dos Partidos: CDU, Movimento, PS e PSD. -----

Presidente da AF – De seguida passou-se à 2ª Moção do PSD intitulada “Apoio urgente aos comerciantes lesados pelas obras da Metro do Porto”. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Afirmou que mais uma vez para poupar tempo, não vai ler a Moção, apenas quer fazer um reparo mais uma vez em relação ao Ponto 2 na parte onde estamos a Deliberar em que diz e passa a citar: “Solicitamos ao Executivo Municipal: fim de citação. Afirmo que neste momento não faz sentido solicitar ao Executivo Municipal, mas sim à Metro do Porto. Quer só corrigir nas Deliberações onde diz: solicitar ao Executivo, mas sim à Metro do Porto. Em relação à Moção, de facto os comerciantes têm passado momentos difíceis com os atrasos da Metro do Porto. Daí o PSD estar a fazer esta Moção e sim para defender os comerciantes e o comércio local. De salientar que esta Moção, na íntegra, fica anexa a esta Ata com o nº 3. -----

João Gonçalves (CDU) – Interveio apenas para a CDU se pronunciar sobre a favor desta Proposta, mas não estão de acordo com a atitude da Metro do Porto ao não responsabilizando-se até daquilo que deveria assumir mas quer fazer também aqui dois pequenos comentários relativamente à proposta ela poderia mais ou menos na avaliação que faz, tendo em conta também que os moradores são afetados por isto, não apenas os comerciantes, mas também há o papel da CMP que agora tem vindo a defender os comerciantes, mas no entender da CDU, claramente, vem tarde. Não fez o devido acompanhamento das obras, nem da planificação, nem do cumprimento dessa planificação, avançou com ameaças de não licenciar mais obras, enquanto não houvesse respostas. No entanto também não vêm nada concretizar-se. Acrescentou ainda a mesma falta de diálogo até com alguns moradores e comerciantes, como é o caso de Clemente Menéres quando os próprios moradores propuseram alteração de trânsito para mitigar alguns dos problemas destas obras e, portanto, todos estes fatores, a CDU votará favoravelmente a Moção. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto) – Interveio para dizer que o Movimento Aqui há Porto apoia esta Moção porque também tem sido algo que também têm manifestado, desde o início, pois efetivamente o Executivo Municipal já se manifestou múltiplas vezes à desorganização que tem criado em relação à cidade, as múltiplas frentes de obras da Metro do Porto e a falta de comunicação entre a Metro do Porto para com as Associações e Município, bem como a confusão que isso cria. A Junta já se manifestou em relação a este tema e aos problemas que tem provocado no centro da cidade e na Boavista, que faz parte desta Junta. Naturalmente vão apoiar esta Moção. -----

Presidente da AF – Perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra, mas ninguém se inscreveu para o fazer. De imediato procedeu-se à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, por 17 votos, sendo este o número de Deputados presentes. De seguida informou que passariam ao Período das Forças Políticas. -----

Fernando Oliveira (PS) – Iniciou com a leitura de um documento que passou a citar: “É com enorme preocupação enquanto eleito do PS e representante dos cidadãos desta União de Freguesias nos dirigimos a V. Exas para expressar a nossa posição e preservação da casa de Almeida Garret, localizada na Rua Dr. Barbosa de Castro, nº 37, no Porto, que é o local de nascimento de João Batista da Silva Leitão, que mais tarde viria a adotar o nome de Almeida Garret, uma das figuras centrais da nossa literatura e da História política. Almeida Garret

esteve intimamente ligado ao Movimento Liberal do início do século XX. Foi determinante para a transformação política e social de Portugal tendo participado nas lutas pela liberdade e pelos ideais do liberalismo como voluntário no batalhão académico. A sua obra literária e política marcada por uma defesa do progresso social das liberdades individuais, reflete o espírito de mudança que caracterizou o Movimento Liberal do Porto, de onde se lê um enxerto da sua obra que nos diz e passou a citar: “A última hora da tirania souou, o fanatismo que ocupava a face da Terra, desapareceu. O sol da liberdade brilhou no nosso horizonte e as verdadeiras trevas foram dissipadas, os seus gaios sepultar-se no inferno”, fim de citação. A cidade do Porto teve um papel contra a população liberal, sendo um dos principais bastiões, de resistência e luta pelos ideais liberais. A ligação de Almeida Garret a este Movimento enquanto intelectual e ativista não pode ser dissociada da cidade que o viu nascer. O corpo foi e continua a ser um centro de pensamento liberal e a casa de Almeida Garret deve ser um testemunho vivo dessa conexão histórica. Em 2019 a CMP realizou uma avaliação do imóvel, estimando o seu valor em cerca de 1,5 milhões de euros. No entanto, considerado passado 5 anos, desde essa avaliação, é urgente questionar. Foi realizada uma reavaliação para determinar o valor atual do imóvel? O valor de 1,5 milhões de euros ainda reflete o seu valor de mercado? Além disso, gostaríamos de saber se esta Junta de Freguesia questionou junto da CMP as alternativas de financiamento como Fundos Europeus ou parcerias públicas ou privadas se poderiam viabilizar a aquisição e recuperação deste imóvel. Que instrumentos financeiros foram considerados para garantir a recuperação deste Património Cultural. A recuperação da casa de Almeida Garret é premente não só para a cidade do Porto, mas também para a memória coletiva. Este edifício representa um elo entre a obra e a vida do poeta, o livro defensor das ideias do liberalismo e a cidade que foi palco dos eventos que marcaram a Revolução Liberal em Portugal. Por isso apelamos para que a Junta de Freguesia exerça a sua influência junto da Câmara Municipal do Porto para que a decisão sobre a casa de Almeida Garret seja tendo em conta não só as questões financeiras, mas também valor simbólico e cultural que este Património represente para o Porto e Portugal,” fim de citação. -----

Presidente da AF – Deu início ao Período da Ordem do Dia, no Ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos “Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta”. -----

Presidente da Junta – Informa que estão a cumprir a lei que determina que em todas as Assembleias se proponha a substituição da Vogal e propõe novamente o nome do Sr. Abel Magalhães. -----

Vitor Vieira (CDU) – Afirma que sobre esta questão da eleição do Vogal quer dizer o seguinte: O Movimento Aqui há Porto tendo obtido uma maioria relativa em 2021, acordou com o PSD uma solução de eleição de Vogais, que se veio a comprovar ilegítima, obrigando à repetição da eleição e uma solução que não foi próxima da legalidade. Contudo tal solução veio a demonstrar-se instável, levando a que fosse sempre necessário a eleição de novos vogais do grupo Aqui há Porto – RM para substituir os do PSD que se iam demitindo. Chegou-se a uma situação em que o último Vogal do PSD não só se demitiu como renunciou, tendo vindo a faltar consecutivamente sem apresentar qualquer justificação. Estranharam não estar já em curso o Processo da perda do Mandato face a uma atitude que é desprestigiante para a pessoa e seu Partido como para a própria Democracia. Naturalmente cabe ao Sr. Presidente da Junta comunicar à Mesa da Assembleia as faltas injustificadas do Vogal para que seja iniciado o Processo de Perda de Mandato. Várias vezes foram votadas propostas apresentadas pelo Sr. Presidente da Junta, mas por terem recebido 6 votos, no universo de 19, não permitiu a eleição. Hoje é apresentada mais uma Proposta de eleição de Vogal que deverá resultar na

mesma indefinição. A CDU reitera o entendimento se continuar a aplicar o raciocínio relativo no parecer da CCDRN 1266/2021 e no acordo de 19 de janeiro de 2023 do Supremo Tribunal Administrativo num processo similar, processo 366/219 BR, considerando ainda que o mero Parecer da CCDRN não se pode sobrepor a jurisprudência firmada por Tribunal Superior, como é o caso. Perante isto a CDU recusa novamente participar nesta votação. -----

Presidente da Junta – Afirmou ao Sr. Deputado da CDU que já lhe foi dito nesta Assembleia e está escrito em Ata que comunicou ao Sr. Presidente da Assembleia, nesta Assembleia que a Vogal está em incumprimento, não responde às Convocatórias, já foi feita a comunicação por parte do Executivo. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que quer dirigir-se pessoalmente ao Sr. Presidente da Assembleia para lhe perguntar se a Mesa da Assembleia recebeu da Junta de Freguesia uma comunicação formal do número de faltas injustificadas dadas pela Vogal e solicitando que a Mesa desse início ao procedimento para levantamento de um processo de perda de Mandato. -----

Presidente da AF – Respondeu que formalmente a Mesa não recebeu nenhuma comunicação.

Presidente da Junta – Afirmou que gostava de solicitar ao Sr. Deputado e ao Sr. Presidente da Assembleia que lhe explicassem o que é formalmente. Se o Presidente da Junta fala aqui numa Assembleia e fica em Ata, o que é que difere falar aqui e ficar em Ata e fazer uma comunicação por escrito. Qual é a diferença do formalmente. -----

Presidente da AF – Afirmou que formalmente é um ofício. De seguida procedeu-se à votação e contagem dos votos, referente ao primeiro Ponto da O.T, cujo resultado foi o seguinte: Votos Brancos: 9 Votos. Votos a favor: 6 favor e 2 não votantes, respeitantes à CDU. Este Ponto não foi aprovado. Sem mais demora, passou-se ao Ponto nº 2 da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação das condições de atribuição do apoio e minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Orçamento Colaborativo 2025”. -----

Presidente da Junta – Informa que vão dar início a um Processo do Orçamento Colaborativo que desde que este Executivo tomou posse tem-se vindo a desenvolver muito bem, bateram record de candidaturas na cidade, foram a União de Freguesias que recebeu mais candidaturas. Foi a que mais elegeu. O júri tem feito um trabalho sério e transparente. Foram cerca de 26 projetos apoiados e estão só aqui a deliberar se a Junta aceita este contrato da Câmara. -----

João Gonçalves (CDU) – Disse que todas as forças partidárias esperavam que este procedimento delegado pela CMP, pudesse contar com os contributos de todos através de um regulamento / normas / orientações que permitissem recuperar a dignidade e a credibilidade perdidas nos mandatos anteriores e que levaram a União de Freguesias a ser afastada do processo em 2020 e 2021. Apesar da cláusula dez do anexo deste contrato permitir que a Freguesia estabeleça melhores condições a maioria “Aqui há Porto – RM / PSD”, com a argumentação indefensável e apoiada meramente no peso dos números, desde o início que põe de lado aquilo que antes havia defendido, aceitando cegamente os ditames da CMP. Por essa razão votam contra, ressaltando os Júris que não merecem qualquer crítica pela forma como a maioria “Aqui há Porto – RM / PSD” impunha os procedimentos. No ano passado nem foram apresentadas as evidências dos resultados das sucessivas edições. Contrariando até o próprio documento que no nº2 da cláusula 7, em que refere a obrigatoriedade de a Junta apresentar um Relatório sobre a execução de cada projeto no prazo de um mês após a sua conclusão. Apesar de repetidamente solicitados, nunca foram entregues. o que permite imensas dúvidas sobre o processo e sua execução. Assim estão mais uma vez contra este processo. -----

Presidente da Junta – Nesta intervenção quer deixar claro que esta Junta de Freguesia tem trabalhado pela máxima transparência neste processo e isso demonstra-se na proximidade que têm vindo a ter com as instituições e os processos que recebemos. O Relatório Final vem sempre à Assembleia de Freguesia, vai sempre à Assembleia Municipal. Os Relatórios dos processos executados são entregues à Câmara e os Srs. votam contra o apoio, neste caso, o ano passado a 26 projetos que têm um impacto direto na União de Freguesias e nos nossos fregueses. Cada um vota em consciência e a CDU está no bom caminho em votar contra isto. --

Rita Aires (BE) – Afirmou que o BE sempre tem defendido que este Orçamento Colaborativo deve caminhar para um Orçamento Participativo mais focado nas verdadeiras necessidades na comunidade e na situação da comunidade e que esta situação vá de encontro às necessidades reais. Entretanto consideram que enquanto o Orçamento Colaborativo e o que preocupa o BE tal como disse a CDU, o facto de esta Assembleia só servir para validar a existência do orçamento não é para carimbar sem ser chamado a expressar-se sobre o Regulamento sobre as regras de atribuição dos apoios, isso limita e muito o papel desta Assembleia que lhes parece que é redutor e que têm vindo a dizer de ano para ano. Não lhes parece que este apoio não seja a melhor forma de executar, reduzindo em muito o papel que é atribuído a esta Assembleia. No entanto entendem que este apoio é fundamental a todas as pessoas e para as Associações Locais. Informa que o BE se vai abster no que diz respeito a este Ponto da O.T. ----

João Gonçalves (CDU) – Afirmou que só iria comentar a intervenção realizada pelo Sr. Presidente da Junta, porque de facto tem de entregar os Relatórios deste processo à Câmara Municipal, mas os membros da Assembleia têm o direito de consultar todos esses documentos. Já fizeram um pedido para que lhes fossem entregues para poderem consultar. A questão aqui é porque é que isso ainda não foi feito, a que é que se deve, com tanta transparência. -----

Presidente da Junta – Perguntou ao Deputado de que forma fizeram o pedido dos Relatórios Finais. Têm de ser através de ofício. -----

Presidente da AF –Deu início à votação cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 13, sendo 6 do Aqui há Porto – RM, 4 do PSD e 3 do PS. Votos contra: 2 da CDU. Abstenções: 2, do BE. Este Ponto foi aprovado. De seguida entrou-se no Ponto 3 da O.T.: “Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira para fazer um Ponto de Ordem à Mesa. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que já colocaram esta questão informalmente antes do início da sessão, mas vêm-se obrigados a colocá-la nesta altura, formalmente aqui. Como todos os Membros da Assembleia sabem os documentos para serem apreciados têm de ser entregues com a Ordem do Dia, com o mínimo de dois dias úteis de antecedência. Este documento especificamente foi aprovado em reunião de Câmara de manhã, foi aprovado em reunião de Junta à tarde, foi enviado à Mesa de Assembleia depois de reunião de Junta e foi enviado na segunda-feira, portanto com um dia útil de antecedência. Solicita ao Sr. Presidente para ser mais rigoroso. A lei não fala em 48 h, mas sim em dois dias úteis. Os dias úteis estão definidos pelo Tribunal Central Administrativo, como é que se contam. Não conta o dia do envio, não conta o dia do evento. Tem de mediar dois dias, pelo menos. O Tribunal referiu que é o valor mínimo deveria ser maior para que as pessoas pudessem ter tempo para analisar devidamente os documentos. Isto, contudo, não impede que seja discutido. Mas a lei determina que só se corrige a legalidade do processo quando estão presentes todos os Membros e nenhum se opõe. A CDU não se opõe, não crê que alguém aqui se oponha, mas existe um facto que têm de enfrentar, é que existem 2 pessoas em falta. Podem até aprovar o documento, mas depois correm o risco de ser declarada nulidade e ter de repetir o procedimento. Entende que se o Sr.

Presidente consultar a Jurista, que por acaso não está presente nesta Assembleia, ela explicará que é desta forma que funciona. -----

Presidente da AF – Aproveita para dizer que a questão levantada pelo Sr. Deputado da CDU é pertinente. Já foi debatida e falou com o Sr. Presidente da Junta a propósito disso. Informa que devolve esta questão ao Plenário da Assembleia e questiona se alguém dos Srs. Deputados se opõe que se prossiga com a avaliação deste Ponto. É assim que se tem de proceder. Está a colocar a questão com os elementos que aqui estão presentes. Perguntou se alguém se opunha, mas ninguém se manifestou contra. Então entrou-se no Ponto 3 da Ordem de Trabalhos. -----

Presidente da Junta – Informou o Sr. Deputado que efetivamente estavam aqui aprovar e a votar um documento que é um aditamento ao Contrato Interadministrativo. Já tem um Contrato Interadministrativo só estão a votar um aditamento que aumenta as verbas em cerca de 3% com efeito na inflação. O documento chegou tarde da Câmara Municipal do Porto, chegou tarde ao Executivo. Foi aprovado e quiseram aprovar nesta Assembleia, mas se não for aprovado hoje, podem fazê-lo em qualquer outra altura porque neste momento a Junta tem uma almofada financeira que se aguenta sem o dinheiro que vem da Câmara. É só uma boa compreensão por parte dos Srs. tentarem agilizar e aproveitar esta Assembleia. -----

Vitor Vieira (CDU) – Afirmou que só quer lembrar ao Sr. Presidente da Junta que aquilo que ele proferiu aqui há pouco é que a CDU não se opõe, mas existe um fator que não se pode esquecer é que é um elefante no meio da sala. Há duas pessoas em falta. Não são cumpridas as condições que a lei obriga. Neste caso, pode alguém, não interessa quem, ou qualquer pessoa levantar incidente de nulidade. É só por isso que está a dizer. Sabe que este documento é importante e porque é importante deveria ter um tratamento mais adequado. Disse que foi aprovado em reunião de Câmara, de manhã, a Junta aprovou à tarde e enviaram. Não se sabia que era preciso fazer um aditamento? Não se sabia que ia acontecer no próximo ano? Mas em relação ao documento em si têm a dizer o seguinte: Já referiu aqui que face aos prazos definidos na lei e no Regimento, este documento não poderia ser apreciado na sessão a menos que todos os Membros estejam presentes e que não se oponham. Esta é mais uma trapalhada a somar às muitas a que os habituaram neste mandato, mas a CDU vai apreciar o documento mesmo assim. De novo a Junta propõe 'Assembleia que autorize a celebração de um Aditamento ao contrato inicial do Contrato de Delegação de Competências firmado em 2015. Sempre que esta matéria aqui foi aqui debatida questionaram a má e a insuficiente qualidade dos documentos, algo que de novo ocorre. Este ano, a única vantagem é que a proposta traz atrelados a si, um conjunto das versões anteriores incluindo a de 2019 que até agora nunca lhes tinha sido entregue e que se constata que em 2015 se recebiam 890.000,00€ mais uns pauzinhos, para a Junta assumir a gestão de 15 equipamentos com 11 trabalhadores pagos pelo Município. Depois o valor foi reduzido para 756.000,00€, em 2016 e reduziu-se para 678.000,00€ em 2017, mantendo o valor em 2018, e subiu para 720,255,00€ em 2019. Porque que subiu? Porque nesse Contrato Interadministrativo nesse Aditamento a Câmara deixou de destacar aqueles 11 trabalhadores, mas transferiu o respetivo valor obrigando a Junta a afetar a esses equipamentos esses mesmos números de trabalhadores. Ao mesmo tempo retirou 4 equipamentos, ficaram 11 e a Junta tinha o dinheiro para gerir esses 11 equipamentos com um trabalhador em cada um deles. O valor manteve-se igual em 2020 e 2021 em que a inflação era 0 %. Em 2022 aumentou quase 38,000,00€ e já se começa a pedir um relatório, pois tinham mais experiência que no mandato anterior, também da responsabilidade do grupo Rui Moreira Aqui há Porto ou o nome que tinha na altura e esse relatório tipo faz parte agora do aditamento que agora foi entregue em 2023 e desde então é sempre o mesmo. Em 2023

manteve-se o valor apesar de uma inflação de 7,8 %. Em 2024 aumentou em 6 % o valor para 803,000,00€, também em 2024 acrescentou mais dois equipamentos no Largo Pedro Vitorino em Miragaia, este primeiro a merecer uma intervenção, não sabem se já aconteceu, alternando o Viriato e retirado as escadas de 31 de janeiro. Como sabem foi demolido o equipamento que estava sob as escadas de 31 de janeiro, foi demolido, portanto ficam 12 equipamentos e a Junta continua obrigada a usar o dinheiro para pagar a 11 trabalhadores para estarem nesses 12 equipamentos. Em 2025 aumenta para 827,000,00€, são 3%. Está certo, pois a previsão da inflação era de 2,6%, admite-se, embora continue a haver discrepância na numeração porque não há um documento consolidado como referiram. Ficaram a saber que em 2019 a Câmara deixou de destacar 11 trabalhadores, mas não existem quaisquer sinais de que a Junta tem feito aquilo a que se comprometeu, empenhar tal número de trabalhadoras nas tarefas elencadas. Der seguida informa que vai colocar três perguntas e agradece que o Sr. Presidente, procurasse sem se irritar porque não vale a pena, de poder responder de forma concreto e clara sobre os três seguintes aspetos. Se a Junta recebe dinheiro para pagar salários a 11 trabalhadores, mas se depois não tem esses trabalhadores nos locais de trabalho, onde está ou para onde foi esse dinheiro. Segundo: os Relatórios previstos no Contrato continuam sem ser entregues desrespeitando quer a lei quer o compromisso assumido pelo Presidente da Junta em 21/01/2022. Pergunta o que é que se pretende esconder ao não entregar cópias desse Relatório. Apesar de haver um aumento ligeiro da verba, mas não compensa a subida de encargos devido à inflação e aos oportunismos ao longo dos anos. Por último, quando é que vai o Executivo entregar as cópias dos Relatórios de Execução que vêm solicitando, mas incluindo por escrito, já que o Sr. Presidente quer ofícios que entre janeiro e maio do ano passado e também em março deste ano. Não é só um, são três ofícios a pedir, mas ainda não respondeu. A resposta que o Sr. der a perguntas dependerá do voto que a CDU dará a esta matéria que é demasiado importante para ser tratada com ligeireza como o Sr. está a tratar. -----

Presidente da Junta – Informo o Sr. Deputado que a ligeireza se deve à forma de trabalhar, pois é ligeiro, trabalha mais do que o que fala. O Sr. afirmou aqui que a Junta não tem os funcionários nos sanitários. Pergunta se o Sr. prova o que está a dizer? Todos os sanitários estão abertos ao público. O de Miragaia mão vem porque precisava de intervenção, o resto está tudo aberto ao público. Quanto aos Relatórios já deu indicação aos serviços para os fazer seguir. Vai inteirar-se amanhã porque é que ainda não o fizeram. O Sr. Deputado tem de perceber o seguinte, isto é uma Junta de Freguesia que é quase tamanho de uma cidade e ele está aqui a fazer política. Ele informa os serviços para enviar os Relatórios, mas vai perceber o que se passou para que tal não acontecesse. -----

Presidente da AF – Perguntou se mais alguém pretendia intervir, mas ninguém se inscreveu para o fazer. De imediato passou-se à votação do ponto 3 da O.T.: “Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 13, sendo 6 do Aqui há Porto-RM, 4 do PSD e 3 do PS. Abstenções: 4, sendo 2 da CDU e 2 do BE. Votos contra: 0 Este Ponto foi aprovado. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira para uma Declaração de Voto. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto. Afirma que A CDU se absteve da votação deste documento em 1º lugar pelas dúvidas legais que se lhes oferecem por estarem ausentes 2 elementos da Assembleia e o documento ter sido entregue sem a antecedência legal obrigatória. Houve também um aspeto que preocupa a CDU pelo facto de as respostas do Sr. Presidente não serem conclusivas e até pode dizer-se que foram a repetição do que habitualmente responde quando é apanhado em falta. -----

Presidente da AF – Aproveita para informar o Plenário que o BE vai enviar à posteriori uma Declaração de Voto que ficará anexa a esta ata, com o nº 4. De seguida entrou-se no Ponto 4 da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação das Opções do Plano e Orçamento para 2025”. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmo que tem uma pequena apresentação do que têm feito e do que pretendem fazer para o ano de 2025. Afirmo que vão para o quarto Orçamento desta Junta, deste Executivo que nunca mereceu um voto contra dos Srs. Portanto quer começar por dar conta de todas as contas que os Srs. precisam de saber. Quando tomaram Posse tinham cerca de 78 funcionários, mas neste momento têm 60. Tinham 2 ATL’S com cerca de 44 crianças. Neste momento têm 4 com cerca de 140. Não tinham Sala de Estudo, neste momento existe uma com 35 crianças inscritas. Dinheiro na conta tinham 50,000,00€ que não chegavam para pagar vencimentos. Neste momento têm 288,000,00€. Em dividas 80,000,00€ dívidas a fornecedores e 75,000,00€ do Mercado São Sebastião. Neste momento devem 22,000,00€ do Mercado São Sebastião e entende que é dez mil e qualquer coisa. À ADSE que estão a pagar em prestações. Pagamento a fornecedores era feito a 5 meses, neste momento pagam no próprio mês. Na cultura fizeram exposições de fotografia, apoiaram organizações de Galas de Fado, apoiaram na Freguesia Há Festa nos Coretos, organizaram uma Gala de Fados no Largo Amor de Perdição, abriram mais um Grupo Coral na parte cima de Cedofeita. Fizeram a Gala do Desporto, além de vários concertos dos nossos grupos corais. Fizeram o concerto final que irá decorrer no Conservatório de Música no Porto onde estão todos convidados. Para 2025 pretendem começar a fazer as obras no museu, no Edifício da Rua Comércio do Porto, colocar o elevador e instalar o museu. Apoiaram organizações de eventos sociais, organização da Gala de Fado no Largo Amor de Perdição como repetição do sucesso que este evento obteve. Organização da Gala do Desporto todos os anos. Continuaram a promover concertos dos grupos corais da União de Freguesias, continuar a promover as festas nos coretos e continuarem com vários concertos dos grupos corais nos diversos locais da União de Freguesias. No desporto, têm aula de zumba gratuitas para todos os fregueses bem como aulas de Tai-Chi, aulas de dança para todas as idades, aulas de defesa pessoal para seniores e também para os funcionários desta União de Freguesias. Apoiaram eventos de desporto, de ténis e de boxe. Gala do Desporto onde apoiaram e homenagearam os clubes, treinadores e atletas da nossa freguesia. Para o ano querem continuar com todas as aulas gratuitas, aulas de defesa pessoal nos ATL’S, Galas do Desporto continuar a promoção e a oferta de desporto na nossa União de Freguesias. No Ambiente e na sustentabilidade trocaram as janelas de Santo Ildefonso, como podem ver ganharam uma eficiência energética fantástica, onde as colaboradoras desta Junta trabalhavam no Inverno, com frio e no verão com calor. Eram ventoinhas e aquecedores. Colocaram torniquetes nos sanitários na Torre dos Clérigos. Estão agora em fase de testes para conseguir abrir aos sábados, domingos e feriados. Através do gabinete de obras, impermeabilização em vários prédios um deles até foi o de São Bento da Vitória, os moradores queixavam-se de infiltrações de água. Através do Gabinete das Ocorrências solicitaram a recolha de algum lixo espalhado pelas ruas como alguma iluminação. Criaram o Gabinete do Animal, um gabinete que vai dar resposta e apoio a todas as pessoas que tiverem o seu animal inscrito na Junta, vai poder doar ração, ver pessoas carenciadas receberem a ração e banhos para os animais. Para 2025 querem continuar com a substituição das luzes e torneiras de baixo consumo, substituição de janelas, continuar a aproveitar o fantástico funcionamento do gabinete das Ocorrências, substituir as carrinhas antigas, obras de reabilitação nos Edifícios, colocar elevador no Edifício de São Nicolau e ampliar a colocação de torniquetes nos Sanitários. Como os Srs. podem ver está aqui um investimento de quase

10.000,00€ que vai permitir a todas as pessoas o acesso aos sanitários, pagando até por MBWay e com multibanco em que permite uma empresa a fazer limpeza e não é necessário ter um Recurso Humano a cobrar dinheiro e desta forma estarem abertos aos fins de semana e feriados. Fazem acontecer não dizem que vão fazer. Coesão social: Apoiaram a elaboração das candidaturas de habitação à Domus Social e às rendas acessíveis, aumentaram os utentes no Centro de Convívio de Oliveira Monteiro, de 15 para 30, excursão ao Santuário de Fátima que decorre todos os anos no mês de maio, a promoção de evento e excursões, abriram um novo Grupo Coral, o Banco Social, apoiam cerca de 100 pessoas por mês, apoiam o associativismo, cumprindo o Regulamento de Apoio Social. Têm apoiado os pedidos de ajuda que lhes chegam por parte das Assistentes Sociais e também das Assistentes Sociais das IPSS. Portanto em 2025 querem continuar a apoiar e a elaborar as candidaturas a pessoas que necessitam de ajuda, continuar a apoiar os utentes do Centro de Convívio de Oliveira Monteiro, continuar a fazer excursões a Fátima, promoção de eventos e excursões, o Banco Social, reforçar apoios, reforçar o Orçamento Colaborativo e o Fundo de Apoio ao Associativismo. Passado três anos deste Executivo ter tomado posse e não ter dinheiro para pagar ordenados, esta é a única Junta da Cidade do Porto que está a propor um reforço neste Orçamento ao fundo de Apoio ao Associativismo em 30.000,00€ e ao Colaborativo em 20.000,00€. São a única Junta que acredita que estes processos são certos para uma transparência na entrega de apoios de projetos às Associações. É deliberada a competência de um júri de decidir quem o Executivo deve apoiar e quais os projetos. Na Educação têm vindo a fazer um trabalho sério e não os podem acusar de não o fazer. Retiraram a limitação das inscrições que havia nos ATL'S, passando de 44 para 140 crianças. Abriam as inscrições ao 5º e ao 6º ano da Escola Rodrigues de Freitas inclusive ao Conservatório de Música do Porto. Abriam uma Sala de Estudo com Apoio a Português, Inglês e Matemática, a 35 crianças. Atividades Culturais dos ATL'S, visitas a Museus e equipamentos culturais, ofertas de livros como prendas de Natal às crianças dos ATL'S da Freguesia. Na próxima sexta-feira vai decorrer uma Festa de Natal, para as crianças da parte da tarde no Auditório de Santo Ildefonso e quem quiser aparecer está convidado. Todos os Apoios ao Agrupamento Escolares e às Associações de Pais. Para 2025 querem aumentar a resposta de CATL. Pretendem abrir uma Sala de Estudo na Escola Irene Lisboa, da parte de cima da União de Freguesias, também com o apoio às mesmas 3 disciplinas atrás referidas. Continuar a promover as Atividades Culturais para os nossos meninos dos CATLS a visitar Museus e equipamentos Culturais para que conheçam bem a História da nossa União de Freguesias, a promover a leitura através da oferta de livros. Têm feito um trabalho sério, entende que esta Assembleia consegue fazer a diferença com outras Juntas de Freguesias e perceber que esta União está sem dúvida numa das que debita mais trabalho nesta cidade. Agradece todos os anos que não votaram contra acreditando que querem o melhor para os nossos fregueses e para a nossa União de Freguesias, apresente este documento que prevê para 2025 que possam ser uma Junta melhor do que estão a ser na atualidade. -----

Miguel Semedo (BE) – Iniciou dizendo que para o BE a discussão do Plano e Orçamento para 2025 tem duas discussões distintas a fazer, uma é o Orçamento e a outra é sobre as Opções do Plano. As duas componentes parecem desconexas, mas tentarão discutir cada uma delas individualmente e levantarão individualmente questões ao Executivo sobre ambas e também aproveitava para agradecer ao Sr. Presidente da Junta a apresentação que das Opções do Plano e Orçamento com uma melhoria, foi muito mais simples de ler, fácil de identificar o que era identificável. Então vai começar pelo Orçamento que é muito mais claro que nos anos anteriores, permite um acompanhamento das grandes parcelas orçamentais e a discussão das mesmas que vão ter aqui, é de louvar e parabéns por isso. De salientar e é inegável, o

equilíbrio orçamental, ou seja, a variação da despesa corrente é acompanhada por uma variação semelhante à receita corrente e o mesmo acontece com as receitas e despesas de capital. É verdade que o orçamento apresenta um aumento substancial do total orçamentado que passa de dois milhões de euros em 2024 para cerca de três milhões para 2025. É o maior orçamento da história desta Freguesia, conforme o Sr. Presidente referiu. Passou de 2 milhões para 3 milhões, é um aumento de um milhão de euros. Contudo também importa ser claro sobre isso é um aumento que é devido a uma operação de capital no âmbito do PRR e no âmbito do Protocolo da IRU de cerca de um milhão de euros. Este aumento é uma operação casual do PRR. Também sobre este aspeto precisamente pois é um aumento tão substantivo cerca de 50% em relação ao Orçamento anterior, queria que lhes prestasse algum esclarecimento sobre esta operação não está clara nem nas Opções do Plano nem no Orçamento talvez nos Mapas Orçamentais. Esta operação representa ou não a aquisição do imóvel no Largo de São João Novo, pois já foi discutida aqui na Assembleia. Se é essa operação ou não pois discutiram esta operação antes da candidatura ao PRR pretendem agora saber, se essa candidatura foi ou não aprovada. A julgar por estas Opções do Plano Orçamental parece que foi aprovado, mas precisam da confirmação do Sr. Presidente da Junta aqui nesta Assembleia. Se foi aprovada é isto que acarreta o aumento de um milhão de euros, qual é o projeto para este Edifício e porque já discutiram aqui se estavam salvaguardados, por exemplo, os direitos dos atuais moradores. Pretendem saber alguns dados sobre este processo. Em relação ao Orçamento gostariam de pedir mais um esclarecimento sobre as receitas de capital porque é apresentada uma fatia de cerca de 105.000,00€, 3% da receita total, que não é insignificante para venda de bens de investimento. Não conseguiu encontrar mais ou menos a que é que corresponde esta parcela de 105,000,00€ e gostaria que o Sr. Presidente da Junta esclarecesse. Isto é relativamente ao Orçamento. Solicita o favor e o voto do BE dependerá disso relativamente a estas duas questões: o aumento de um milhão de euros e esta parcela dos 105,000,00€. Relativamente às Opções do Plano ao Plano para 2025, as opções e as prioridades políticas. Primeiro gostariam de saber à partida, apesar das palavras de introdução ao documento e mesmo das notas finais que refere um consenso alargado e uma auscultação de todas as forças políticas. No seu texto, na verdade, apesar de uma ou outra Proposta casualmente ter sido debatida aqui e aprovada em Assembleia de Freguesia, houve muitas outras, que por exemplo o BE apresentou ao longo dos últimos anos que não foram incorporadas e quando foram incorporadas, não foram orçamentadas e não tiveram qualquer execução, como o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, uma ação integrada em relação aos problemas da pobreza. Um Orçamento verdadeiramente participativo diferente do Colaborativo. Esse consenso alargado, essa auscultação ser alargada e isso nem sempre foi verdade e será verdade. Para além desta correção inicial que gostariam de fazer também um comentário geral, há muitos componentes do texto que se refere no texto das Opções do Plano, que se refere ao passado, quando isto são Opções do Plano para 2025 parece-lhes que tem muito texto ao estilo de propaganda, de elogio da ação do Executivo que é escusado. Isto são Opções do Plano para 2025, o contexto tem de ser feito, mas não é necessariamente para se fazer um autoelogio. Apesar destas considerações gerais há uns pontos no documento que lhes parece particularmente relevantes politicamente e que devem ser discutidos aqui antes da aprovação do mesmo e sobre os quais querem questionar o Executivo. No Ponto 1 das Opções do Plano no Edifício da Praça Carlos Alberto onde se fala da implementação de uma Creche no primeiro andar, mas não é dito como, com que Instituição até porque a Junta não pode abrir Creches, tem de ser em parcerias com Instituições, mas não é referida nenhuma Instituição. É ao mesmo tempo referir um entendimento com o Município que implica um

contrato de arrendamento, mas não se explica que contrato é esse, quem arrenda a quem, para o quê e com que custos. No Ponto 5, sobre a Educação, que lhes parece ao BE, área onde a Junta tem feito um esforço assinalável de melhoria das condições dos alunos, estudantes e restante comunidade escolar, mas querem realçar três pontos que lhes parecem poder ser melhorados ou que devem ser esclarecidos. Primeiro em relação ao cuidado dos serviços prestados. Não basta apenas trabalhar os números e abrir locais é preciso garantir que as mesmas possam funcionar com uma qualidade e dignidade para com todos, para toda a comunidade estudante, funcionários e professores. Parece-lhes importante no futuro garantir que este aumento de volume seja acompanhado de um apoio na aposta da qualidade dos serviços nomeadamente na aposta de contratação de profissionais especializados, formação dos funcionários da Junta, desenvolvidos e garantir as condições de trabalho adequados. Os Protocolos com Instituições no âmbito da Educação carecem muitas vezes de explicações neste momento. Em que moldes se pretende celebrar Protocolos à Educação, com quem, falta esse detalhe que deveria estar neste documento. Um terceiro ponto sobre Educação, é sobre a Educação ao longo da vida em que notam que a Universidade Sénior, aqui referida no documento, não é incluída na secção da educação, o que lhes parece que está errado. A Universidade Sénior é uma aposta educativa, não é uma aposta lúdica ou um passatempo. É formação ao longo da vida. Na visão do BE a Universidade Sénior, deveria fazer parte da aposta na educação e não apenas um fator de proteção social e isso integra também a questão de qualidade e a atração de funcionários para dar melhor resposta à universidade sénior. Até cita por exemplo, no capítulo 18 – Tecnologia e Inovação, é referido que “os Auditórios dos Edifícios da União de Freguesias vão ter uma intervenção onde vão ser substituídos dispositivos de iluminação e som para melhorar a capacidade desses Auditórios e diz também que os antigos vão para a Universidade Sénior”, fim de citação. Para o BE parece-lhes errado, a Universidade Sénior tem de ter o mesmo lugar de qualidade para os utilizadores. É uma crítica que lhes parece que pode ser melhorada também no próximo ano. Outro ponto importante para o BE e que também têm de mostrar aqui a visão contrária do seu partido à do Executivo e que tem a ver com a Segurança. Quanto à segurança no Ponto 6, têm muitas divergências. Primeiro, no documento só se fala de policiamento. Sobre Segurança só há uma resposta policiamento. Já perceberam que o Sr. Presidente da Junta e tal como o Sr. Presidente da Câmara acham que tudo se resolve com polícia musculada na rua, grandes operações policiais e polícias altamente armados. Por esse mundo fora há muitas cidades assim, muito seguras e a força policial na rua, é leve e há muitas cidades inseguras em que a força policial é pesada e visível. Não é um sinónimo de força policial, musculada ou visível na rua, não é necessariamente sinal de segurança. Acham importante o policiamento de proximidade e a prevenção do mesmo, mas rejeitam obsessão de intervenção policial pesada nas ruas. Para além deste problema do policiamento têm também a salientar um problema grave. Na mesma secção o Sr. Presidente parece querer associar todos os problemas da segurança das ruas da Freguesia com os toxicodependentes. Esta análise, no entender do BE, é lamentável e atrasada no tempo, contem dois erros graves: um sobre insegurança: a insegurança nas ruas de uma cidade ou sentimento de insegurança não advém apenas relacionados com a toxicodependência. Há muitos outros fatores que contribuem para a insegurança da população: falta de iluminação, transportes, crime organizado etc. Para além disso a insegurança de que se fala, só se fala da insegurança para se falar de problemas da rua. Mas a insegurança não é apenas um problema de rua, neste documento não se fala da violência doméstica, é um dos maiores problemas de segurança que o nosso País atravessa e não adianta nada por mais que a polícia musculada ande na rua para acabar com o drama que é a

violência doméstica, um dos problemas de segurança do País e também da nossa Freguesia. Infelizmente não existe uma palavra sobre esta situação nestas opções do Plano. Um segundo erro sobre esta análise de insegurança com a toxicodependência. A toxicodependência é acima de tudo e já sabem disto há muito tempo, é um problema de saúde, não é um problema de polícia. Aliás este documento tem uma secção dedicada á saúde que é o Ponto 22, onde infelizmente os problemas associados com a toxicodependência não se encontram nessa secção, mas sim na segurança. É lamentável que ainda se veja a toxicodependência como um problema de polícia e não como um problema de saúde. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Começou por reforçar que leu a versão resumida do plano, nomeadamente do flyer, que também foi postado na internet pelo Sr. Presidente da Junta, afirmou que o plano não é um plano, mas um resumo do que fez. Tem algumas dúvidas e como tal vai separar a parte do orçamento do plano de atividades porque não condizem um com o outro. Passou para o fundo de apoio ao associativismo, que vai ser reforçado com trinta mil euros, mas na parte das despesas tem um valor de cento e oitenta e três mil euros, se vai ser reforçado com trinta mil, não dava cento e oitenta e três mil, porque a receita do fundo era de cento e vinte e cinco mil euros por isso pensa que seriam cento e cinquenta e cinco mil de despesas. No fundo colaborativo é reforçado com vinte mil e que dá os cento e cinquenta mil e está correto. Também aparece que se vai comprar novas carrinhas para a junta em que moldes vão ser essas aquisições uma vez que nas despesas de capital não menciona despesas para aquisição. A mesma coisa com os torniquetes, não sabe quanto custa cada um, não aparece nas despesas de capital. No plano de atividades e na parte de educação, é mais juventude e lazer. Passando á parte seis ponto vinte e quatro sobre segurança, proteção civil e segurança é a mesma repetição. Este plano não diz muita coisa e repete coisas para encher folhas. Ponto oito sobre património, diz que vai preservar os edifícios, mas não diz o que vai fazer nem em que edifícios. Para terminar menciona que no ponto nove na parte de contabilidade e tesouraria diz que pretende assegurar o bom funcionamento da junta. -----

Vitor Vieira (CDU) – Começou por dizer que partilha das dúvidas levantadas pelo BE e até de algumas pelo PSD. Como este é o último documento deste mandato, foi ver os anos anteriores, e constatou que há um corte e cola e algumas modificações de linhas, um exemplo em 2022 era o mercado São Sebastião que iria ser dinamizado para atrair mais visitas e não seria difícil, reabrir a sede da vitória como junta de freguesia, biblioteca e ATL, como resultou alugar uma escola à Câmara, escola essa que já funcionava á décadas. O sr. Presidente diz que quando chegou à junta que encontrou a junta mal, até parece que chegou de Marte, uma vez que a Junta desde que foi criada União foi sempre gerida pelo grupo Rui Moreira com as diversas variantes. E não sabe como, mas o Sr. Presidente conseguiu que para corrigir algumas coisas a CMP financiasse. Por exemplo Mercado São Sebastião não cumpriu paga os setenta e cinco mil euros em prestações sem juros. Precisa de dinheiro arrenda-se um espaço, são amigos. Sobre a transferência de competências, página trinta e cinco, há muitos casos de rubricas abertas de cinquenta euros, na expectativa de aparecer alguma competência, mais quais? Não se conhece nenhuma competência que esteja para ser transferida. Nas rendas das lojas de Cedofeita e edifício Carlos Alberto, mas as rendas são cinquenta euros, mas depois na venda de bens e serviços correntes é que aparecem rendas, depois em cedências de espaços, aparece rendas de habitações duzentos euros, rendas de edifícios cento e vinte mil euros. Em dois mil e vinte e quatro eram os mesmos valores, portanto não se prevê uma atualização de rendas, mas em dois mil e vinte três as rendas das habitações eram seis mil setecentos e setenta euros, mas

dos edifícios era cento e vinte e quatro quatrocentos e sete euros. Onde desapareceram esses quatro mil quatrocentos e sete? Rendas relativas ao novo mercado da ribeira já desde dois mil e vinte e dois, era expectável que houvesse aqui uma explicação, mas fica a pergunta que novo mercado é esse? O Mercado Ferreira Borges foi para isso construído e não resultou. Vai aparecer um novo mercado? Aproveitou para questionar a Junta de Miragaia recebia do Senhor Clemente Menéres um certificado de juros de renda perpétua, mas que não aparece especificado nas receitas, pensa que ainda deve existir mesmo não sendo um grande valor, mas gostava de saber onde está. Onde está o reembolso dos setenta e cinco mil euros do Mercado São Sebastião? Em que sítio é classificado, mas que anunciou aqui que só falta pagar vinte e dois mil euros. Este orçamento soma dois milhões trezentos e vinte e nove, quatrocentos e trinta e quatro mais um milhão cento e quarenta e seis, cento e cinquenta euros o que dá cerca de três milhões quatrocentos e setenta e cinco de euros. E prevê receitas de capital um milhão cento e quarenta e seis mil cento e cinquenta, mas no ano passado que é este mandato económico no ano passado previa cento e trinta e seis mil e cento e cinquenta euros é um crescimento grande de um milhão de euros, mas a verdade é que neste ano até seis de dezembro recebeu zero de receitas de capital, e a poupança de conta corrente permitiu uma aplicação de capital de oitenta mil euros em vez dos duzentos mil previstos. Queria perceber como vai ser feito. O mapa de pessoal o último anexo, ao ver os assistentes técnicos o grau de complexidade dois só exige o ensino secundário, mas aparece dois lugares ocupados de educação de infância que pedem licenciatura ou bacharelato, não se percebe como se classifica alguém licenciado ou bacharel como assistente técnico. Se alguém for embora obriga a contratar pessoas com bacharelato ou licenciado. Mas os serviços gerais, deve ser os trabalhadores que prestam serviço nos sanitários e espera que estejam a receber o suplemento de penosidade e insalubridade, é necessário a escolaridade obrigatória, mas aparece na educação mestrado ou ensino secundário, um licenciado não pode concorrer a este lugar mas a mesma coisa que um administrativo que exige o secundário, pensa haver um lapso onde pede mestrado de educação para assistente operacional é um desinteresse pela qualidade profissional das pessoas. -----

Presidente da Junta – Agradeceu ao deputado Miguel Semedo, diz que é o maior orçamento porque o executivo não quer vender qualquer imóvel da união, antes pelo contrário pretende comprar. Apesar de todas as dificuldades com edifícios a meter água, tem se conseguido manter os imóveis. A situação do prédio de Miragaia não foi eleito pela IHRU e espera que haja uma nova tranche e que o prédio seja eleito o projeto, porque a habitação e a falta dela são um tema em dia e como tal a junta quer adquirir o prédio em São João Novo e manter as três famílias que lá estão e aumentar mais dois fogos, também reabilitar o prédio no Largo Tito Fontes e fazer mais quatro fogos, dois T2 e dois T1. Quanto á escola em Carlos Alberto funcionava lá, mas não havia pagamentos da CMP inclusive era a Junta que pagava a água e luz. Dai ter sido feito um contrato de arrendamento onde a CMP pague o edifício da escola e meio edifício do pré-escolar. E espera que CMP faça um investimento grande naqueles três edifícios e os coloque ao serviço da educação como creche berçário, pré-escolar e escola básica. Mas para isso é preciso um grande investimento a colocação de elevadores, etc. e virá á assembleia de freguesia, porque nunca fará nada sem trazer um contrato de arrendamento de forma que o grande investimento seja diluído em tempo de arrendamento. O legado Teixeira Miranda, que está a tentar registar e se não houver o PRR irá vender ou á CMP ou privados de forma a ter dinheiro no caso do PRR não ser aprovado puder recuperar os edifícios. Respondendo ao Deputado do PSD, disse que entendia que ele não conseguia perceber o folheto, nem o plano de orçamento, porque tudo que é feito para o sr. deputado

parece pouco. Recordou ao deputado que tinha votado contra o saldo de gerência. Assim como disse que não sabia o que era a Gala do desporto. E terminou a intervenção, não querendo responder mais ao Deputado. -----

Miguel Semedo (BE) – Agradeceu ao Presidente que respondeu às perguntas todas e pediu um esclarecimento sobre o prédio se tinha sido recusado o PRR. – “O Sr. Presidente respondeu que ainda não havia decisão”. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que era um plano de atividades muito pouco ambicioso para esta Junta de Freguesia com o Orçamento que tem, e que podia ser feito mais e melhor. Explica que há um relatório de contas e outro de atividade e disse que tinha dito que não ia focar no relatório de contas, mas ia focar no relatório de atividades. Porque o relatório de atividades não está condizendo com o relatório de contas, há atividades que foram feitas que aparecem no relatório de contas, mas não estão no relatório de atividades. E por isso não votou no Saldo de Gerência, porque não foi executado o que estava previsto, se tem um excedente é porque não executou. Não teve receitas a mais, até nem executou as receitas previstas, ou seja, não recebeu tudo o que estava previsto, mas também não gastou o que estava previsto, não quer dizer que fez lucro, que ganhou dinheiro, uma vez que é uma Junta e não uma empresa. -----

Presidente da Junta – Disse que tinha setenta e oito funcionários e passou a ter sessenta funcionários, mas triplicou o serviço, que faz parte de uma boa gestão, esta Junta executa mais que muitas outras juntas. Há informação trimestral que os Srs., deputados podem consultar. –

Presidente da AF – Interrompeu os Trabalhos pelo período de três minutos a pedido da Bancada do PSD. Após o reinício dos Trabalhos procedeu-se à votação “Apreciação e Votação das Opções do Plano e Orçamento para 2025” cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: seis do Aqui Há Porto -RM, Abstenções: nove, sendo quatro do PSD, três do PS e duas do BE. Votos contra dois da CDU. Este ponto foi aprovado. -----

Vão ser apresentadas á posteriori Declarações de Voto das seguintes forças partidárias: PSD, CDU e BE que ficarão anexas a esta ata, com os nºs 5, 6 e 7. -----

Presidente da Junta – Agradeceu à Assembleia a confiança no executivo, é o quarto orçamento e a apenas este teve dois votos contra, justamente no ano em que reforça com trinta mil euros o associativismo que é a bandeira da CDU, mesmo assim votou contra. -----

Presidente da AF – Deu início ao último ponto da OT “Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de setembro de 2024 a 30 de novembro de 2024” -----

Presidente da Junta – Disse que já tinha no ponto anterior feito uma apresentação onde continha muito da informação da atual do desenvolvimento do trabalho da Junta, se tiverem dúvidas podem expor à vontade. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que ao debaterem o ponto anterior prejudica este ponto, sobre o documento, traz alguns relatórios insuficientes, porque havendo protocolos assinados implicaria haver mais relatórios, há ainda muita gente a não apresentar relatórios. O relatório do Lar Margarida Lisboa do Porto / Residência Rainha Santa Isabel do Porto que refere no período de trinta e nove horas disponíveis para consultas, foram zero. Esperava-se que com este protocolo houvesse consultas, não houve, então alguma coisa deveria ser feita e perceber porque tal aconteceu. Em relação ao documento destaca-se por não haver transferência de capital nem nenhuma venda de bens de investimento, portanto as receitas de capital a seis de dezembro era zero. O que deve ser mencionado é que este relatório continua a ser uma mera transcrição da agenda do Sr. Presidente e dos srs. Vogais sem concretização de nada. Por exemplo reunião com o engenheiro informático que presta serviço à União de Freguesias, e??

outra, presença da inauguração da sala de estudo, reunião com o vice-presidente da CMP sobre os parques infantis. Há parque infantil para se montar? Vai haver um novo jardim nas traseiras da Ordem da Lapa – Cervantes, o que a Junta pensa fazer sobre aquilo? Não se sabe. O que vai a Junta fazer em relação á remodelação do Jardim da Praça da República, já foi aqui perguntado. Aproveitou para dizer que quando o Edifício de Santo Ildefonso foi contruído havia um terreno e a Junta de Freguesia fez uma permuta, que permitiu à Junta ficar com estes dois andares, em troca do terreno que a empresa contruiu, por isso com alguma estranheza quando foi anunciado que o dono das restantes frações se opõe a que esteja identificada a Junta na fachada, deixa a sugestão que seja analisado o documento da permuta para se perceber o que lá consta, porque parece de todo inaceitável que um edificio de uma instituição que está mencionada e definida em Constituição seja impedida de evidenciar a sua presença, só porque um condómino entende que não quer nada na fachada. -----

Presidente da Junta – Informou que irá procurar o documento e encaminhar para o serviço jurídico. O novo proprietário entende que a fachada não pertence à junta e por lei a maioria do condomínio é que decide. A Junta podia andar a arrastar o processo, apesar de ser uma autarquia não dá o poder de mandar no que é dos outros. -----

Rita Aires (BE) – Disse que esta informação mante o registo de listagem extensa das reuniões e transparência é positiva uma vez que dá conta da agenda, mas seria mais interessante um relatório onde explicasse identificar áreas problemáticas, os problemas e as respostas que foram dadas. Ou sejam menos quantificação e descrição das reuniões e mais os resultados e soluções. No entanto há um maior cuidado a explicar aquilo que foi feito e isso é positivo. Algumas questões como a reunião com Associação de Pais da Fontinha, mas logo a seguir fala na Escola da Torrinha, penso que é um lapso de escrita. Na página sete menciona a presença no Congresso Nacional da Associação de Alojamento Local em Portugal e perguntou se tirou conclusões sobre o impacto da densidade do alojamento local na Freguesia e o impacto na disponibilidade de habitação para os fregueses, não se sabe se isso foi discutido. Referiu a reunião com os estudantes das Belas Artes do Porto a propósito da exposição nos sanitários / balneários da Reboleira, ficou com curiosidade sobre o que foi dito nessa reunião. Há o resumo das atividades realizadas com as crianças nos ATL'S, mas parece pouco do ponto de vista pedagógico. Perguntou pelo projeto pedagógico destas valências. Onde está esse projeto e se as famílias têm acesso ao mesmo. Aparece listadas duas atividades por mês com as crianças, saber qual o projeto e como é que se pode ter acesso aos projetos destas valências. A questão dos anexos, periodicamente esta informação trimestral é acompanhada de alguns relatórios de coletivos e associações com os quais a junta tem parceria, e perceber porquê estes se juntam e qual o enquadramento que explique porquê estes e não outros. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Começou por pedir desculpa pelo momento de exaltação no ponto sobre o orçamento. Sobre a informação trimestral é vaga e refere que faltam assinaturas importantes na parte do resumo de caixa, não está todas as assinaturas, numas folhas aparecem assinaturas e noutras não. Talvez por lapso. Perguntou o que vai o presidente fazer com as associações e coletividades que permanentemente não enviam relatórios, se vai haver alguma ação perante elas. Perguntou também pelo Rancho se há algum desenvolvimento. ---

Presidente da Junta – Começou por também pedir desculpa por se ter exaltado. Sobre o Rancho Douro Litoral é uma associação com muita história que conhece desde pequeno, mas havia um abaixo-assinado com trinta moradores que se queixavam do caos ate tresa ou quatro da manhã, falou com o responsável, propôs reativar o rancho, perguntou o que precisava, se um ensaiador, músicos que a junta estava na disposição de ajudar, foi recusada toda a ajuda e passado um ano continuavam as queixas dos moradores e nada de rancho, por deliberação o



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Executivo propôs o despejo, mas continuava a usar o espaço como estabelecimento comercial e com lucros para ele. Os sócios antigos afastaram-se. A junta deu início a um processo que demorou algum tempo, mas o rancho já saiu do local. Foi proposto ao Executivo Municipal a Junta usar como um espaço cultural e lúdico da União de Freguesias. Quanto aos relatórios, pedimos às associações com as quais fazemos protocolos para nos entregar os relatórios, mas muitas fazem o seu trabalho, mas não tem capacidade de fazer relatórios e a trocar emails. E muitas vezes a Junta desloca-se às mesmas para perceber o que se passa, como funcionam e perceber a razão de não haver relatórios, mas garantir que está a ser desenvolvido o protocolo que foi firmado com a Junta. Dessa forma pede que a Assembleia confie no trabalho do Executivo. A reunião de Pais da Fontinha foi para perceber se precisavam de algum ATL, mas antes de abrir procurasse uma IPSS no local e existe o São Vicente Paulo, e não seria justo fazer concorrência, no entanto só haveria quatro meninos e não se justifica abrir um ATL, no entanto a Junta vai ajudar a que os meninos possam entrar no ATL de São Vicente Paulo. Sobre o Congresso do Alojamento Local, não houve nenhum estudo sobre o impacto na freguesia. Os sanitários da Reboleira, é um espaço muito bonito para museu e tem lá uma exposição de fotografia, algumas do sr. Gil entre outros fotógrafos da cidade, são tudo fotos tiradas na freguesia e convida a todos visitarem. Há um esforço da Junta em manter aberto aos fins de semana embora encerre às dezassete horas, mas há uma tentativa de dinamizar o espaço. -----

Presidente da AF – Informa que a Assembleia terminou. De imediato informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser aprovada. A Minuta foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida do Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----
Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 19 de dezembro de 2024, pelas 00,25 horas. -----

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário:

DEB 1243/2024

18 DEZ. 2024



MOÇÃO

FORTALECER A SEGURANÇA PÚBLICA NO PORTO: UM COMPROMISSO

Considerando os desafios e as necessidades prioritárias no setor da segurança pública, com especial atenção à situação no centro da cidade do Porto;

Considerando que a segurança pública é um pilar essencial para garantir a qualidade de vida, a liberdade e a confiança dos cidadãos, assim como para promover o desenvolvimento económico e social da cidade;

Considerando que se mantêm episódios de criminalidade preocupantes em várias zonas do Porto, incluindo assaltos a moradores e comerciantes, alguns com recurso a armas de fogo, e que esta realidade expõe fragilidades no sistema de segurança, sobretudo devido à escassez de efetivos policiais;

Reconhecendo que o Porto não é uma cidade estruturalmente insegura, mas cuja situação piorou significativamente nos últimos anos, em particular devido à ausência de uma preocupação efetiva por parte de sucessivos governos socialistas com a deterioração da segurança na cidade e promovendo o agravamento da perceção de insegurança por parte da população;

Destacando que, nos últimos meses, o Governo liderado pelo PSD deu um passo significativo com a concretização de uma valorização remuneratória dos que servem nas forças de segurança, reconhecendo o papel fundamental que desempenham e reforçando a atratividade das carreiras na área da segurança pública;

Sublinhando que é necessário reforçar a cooperação entre o Estado Central, as autarquias e as forças de segurança, assegurando uma resposta coordenada e eficaz para recuperar a confiança da população e melhorar a segurança no território.



A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida a 18 de dezembro de 2024, delibera:

1. Instar o executivo da CMP a executar e/ou a apresentar ao Governo várias medidas, entre as quais:

- a) Executar o quadro plurianual de investimentos nas forças de segurança, nomeadamente, em equipamentos, formação, especialização e instalações que carecem de avultados investimentos que importa concretizar;
- b) Aposta na qualificação profissional e na melhoria das condições remuneratórias das forças de segurança de forma a promover e incentivar o recrutamento de mais efetivos para estas forças.
- c) A reorganização dos serviços administrativos e de outras tarefas redundantes das forças de segurança, estudando a possibilidade de formação e contratação de trabalhadores para funções administrativas de forma a libertar os agentes de autoridade para as suas funções primordiais.
- d) O aumento de vagas de efetivos da PSP no concelho do Porto.
- e) A disponibilização pela PSP e CMP de uma avaliação da situação de segurança no Porto, em particular com os dados e resultados das zonas de videovigilância que se encontram na nossa área geografia. No seguimento dessa avaliação, decidir sobre a criação de mais zonas de videovigilância.
- f) Aprofundar e estender acordos entre o MAI e autarquias locais, em matéria de instalações, que permitam que as intervenções necessárias, e até construções de postos e esquadras possam ser concretizadas em parceria com as autarquias;
- g) Continuar a reforçar a presença policial nas zonas da cidade mais problemáticas (turísticas e movida noturna) e as suas periferias.

2. Em caso de aprovação, cópia desta Moção deverá ser enviada ao Executivo da CMP, à comunicação social e publicada nos canais oficiais desta UF.

Porto, 18 de dezembro de 2024

A bancada do PSD – Partido Social Democrata

Declaração de Voto

Votámos contra a moção “Fortalecer a segurança pública no Porto: um compromisso”, apresentada pelo PSD nesta Assembleia de Freguesia, devido a três razões principais:

- 1) Não concordamos com a análise e contextualização dos problemas de segurança na cidade, que é redutora e simplista. Para além de não conter quaisquer factos, resume tudo a uma questão de policiamento e ignora a necessidade de uma ação integrada entre várias instituições do Estado.
- 2) O texto da moção é propagandístico e insere uma disputa político-partidário entre o PS e o PSD que não subscrevemos.
- 3) Por último, apesar de concordarmos com os pontos 1a, 1b, e 1e das deliberações, que incluem a melhoria da capacidade técnica das forças de segurança e das suas condições remuneratórias, bem como a avaliação da situação de segurança no Porto, não podemos concordar com a deliberação de aumento de vagas, de presença policial nas ruas, ou de criação de mais zonas de videovigilância, sem a devida avaliação dos problemas de segurança na cidade.

Porto, 18 de Dezembro de 2024

Os representantes do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória



MOÇÃO

APOIO URGENTE AOS COMERCIANTES LESADOS PELAS OBRAS DA METRO DO PORTO

As obras do metro no Porto têm causado um impacto significativo na mobilidade urbana e na vida cotidiana dos cidadãos, **prejudicando o tecido económico e ameaçando a subsistência do comércio local**, sendo a nossa União de Freguesias uma das principais afetadas.

O comércio local é um elemento vital da identidade da cidade, refletindo a sua história e cultura. Os comerciantes desempenham um papel essencial na economia, criando emprego e promovendo a vitalidade social. Sem um comércio local vibrante, o Porto perde parte do que o torna único e especial para residentes e visitantes.

É alarmante observar a drástica quebra de receitas que os comerciantes têm enfrentado. Muitos relatam reduções acentuadas nas vendas, resultantes do impacto negativo das obras, que incluem ruído constante, poeira acumulada e acessos bloqueados que afastam os clientes e prejudicam as condições normais de funcionamento.

Esta realidade é particularmente grave para restaurantes, cafés, lojas, cabeleireiros e pequenos serviços locais, cujas receitas dependem fortemente da visibilidade, acessibilidade e movimento diário de pessoas. Restaurantes e cafés, que tradicionalmente atraem clientes pela conveniência e proximidade, têm sofrido quedas drásticas no fluxo de consumidores. Lojas de vestuário e outros estabelecimentos de retalho enfrentam dificuldades ainda maiores, já que o ruído e os entaipamentos desmotivam os clientes a permanecerem nos espaços afetados pelas obras.

Os pequenos empresários são resilientes, mas não são indestrutíveis. As dificuldades geradas pelos entaipamentos, por vezes excessivos, que potenciam insegurança, a perda de acessibilidade e a ausência de esplanadas obrigaram alguns estabelecimentos a fechar temporariamente, enquanto outros foram forçados ao



encerramento definitivo e ao despedimento de trabalhadores. Os impactos não são meramente económicos; são sociais, culturais e emocionais.

A instabilidade financeira decorrente desta situação levou muitos empresários a enfrentar um ciclo vicioso de tesouraria debilitada, dificuldades de acesso a crédito e um futuro incerto.

O PSD tem solicitado à Metro do Porto que disponibilize de forma clara e acessível as orientações sobre como os comerciantes podem recorrer às indemnizações e quais os critérios aplicáveis. Infelizmente, essa informação ainda não foi tornada pública, **deixando os empresários sem instrumentos para defenderem os seus direitos.**

Não podemos permitir que o progresso se construa sobre os escombros do comércio local.

Pelo exposto, o Partido Social Democrata propõe que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida a 18 de dezembro de 2024, delibere:

1. Manifestar total apoio aos comerciantes afetados pelas obras do metro no Porto, reconhecendo os desafios que estão a enfrentar.
2. Solicitar à Metro do Porto a encetar, com caráter de urgência:
 - a. uma revisão urgente e justa dos critérios de indemnização, garantindo que os cálculos não incidam nos anos da pandemia.;
 - b. a implementação de medidas que mitiguem o impacto das obras, garantindo acesso e visibilidade aos estabelecimentos comerciais e que o entaipamento seja reduzido ao necessário e retirado assim que deixe de ser imprescindível;
 - c. diálogo com os comerciantes afetados pelas obras, com o objetivo de facilitar a negociação de acordos extrajudiciais que respeitem critérios de



equidade e justiça e que os comerciantes possam receber informações claras e atualizadas sobre as obras e seus impactos;

3. Propor ao Executivo Municipal, que a autarquia apoie os comerciantes com a implementação de campanhas que incentivem a comunidade a apoiar o comércio local, atraindo assim os clientes de volta aos estabelecimentos.
4. Propor ao Executivo Municipal, que estude a possibilidade de redução ou isenção temporária de taxas municipais e impostos locais aplicáveis aos comerciantes afetados pelas obras, como uma forma de mitigar os prejuízos sofridos durante o período de execução das obras.
5. **Em caso de aprovação, uma cópia desta Moção deverá ser enviada ao Executivo da CMP, ao “Grupo de Trabalho para Acompanhamento de Investimentos de Transporte Público” da Assembleia Municipal do Porto, Associação de Comerciantes do Porto, Associação Comercial do Porto, à comunicação social e publicada nos canais oficiais desta UF.**

Porto, 18 de dezembro de 2024

A bancada do PSD – Partido Social Democrata

Declaração de Voto

Abstivemo-nos na votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências porque apesar deste ser uma ferramenta essencial ao funcionamento da Junta de Freguesia terem sido levantada dúvidas importantes na discussão nesta Assembleia que não foram devidamente esclarecidas pelo Executivo ou pela Mesa da Assembleia, nomeadamente:

- Se os prazos de entrega do documento foram cumpridos;
- Se a ausência de alguns elementos da Assembleia não invalida o processo;
- Se o número de funcionários incluído no aditamento será para cumprir ou não;

Porto, 18 de Dezembro de 2024

Os representantes do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

Declaração de Voto

Na sessão de votação do Orçamento da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória para o ano de 2025, o Partido Social Democrata decidiu abster-se, viabilizando assim a aprovação do orçamento proposto.

A nossa decisão de abstenção deve-se, em primeiro lugar, à constatação de que o orçamento não apresenta uma fundamentação clara e detalhada, nomeadamente no que se refere às opções do plano e orçamento para o ano de 2025. O documento tem um foco maior em descrever, de forma genérica, o que foi feito até agora, sem uma definição robusta, concreta e mensurável sobre as prioridades e as medidas que o executivo se propõe implementar para o próximo ano. Consideramos que um orçamento deve ser um instrumento de planeamento estratégico, capaz de traduzir de forma clara as intenções do executivo para os vários exercícios.

Valorizamos positivamente o reforço de verbas destinado ao Orçamento Colaborativo e ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, duas áreas de grande importância para o desenvolvimento da nossa comunidade. Estes reforços financeiros vão ao encontro das necessidades das associações e projetos locais, que desempenham um papel essencial na coesão social e no bem-estar dos nossos fregueses.

No entanto, apesar das limitações do orçamento apresentado, entendemos que o executivo incumbente tem o direito e o dever de governar de acordo com o mandato que lhe foi confiado pelos fregueses da nossa União de Freguesias. A nossa abstenção reflete a nossa posição de respeito pela vontade popular, pelos colaboradores e pela autonomia do executivo, que deverá ser avaliado não apenas pelo que apresenta neste orçamento, mas, sobretudo, pelos resultados que for capaz de alcançar durante o período, sendo que, caberá ao Partido Social Democrata, fiscalizar a sua execução e avaliar os resultados das políticas levadas a cabo e intervir dentro das suas competências sempre que as políticas tomadas pelo executivo não defendam o melhor interesse dos fregueses.

O Partido Social Democrata reitera, assim, a sua disponibilidade para colaborar construtivamente com o executivo, no sentido de promover uma União de Freguesias mais forte, dinâmica e que possa dar resposta às necessidades dos fregueses.

Porto, 18 de dezembro 2024

O grupo da Assembleia de Freguesia, **PSD – Partido Social Democrata**.



4 - PA e Orçamento 2025

27 JAN. 2025

Declaração de Voto

REG^{to} 126/25

A CDU votou contra a proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2025 pelos motivos invocados durante a sua apreciação e ainda pelas seguintes considerações:

1. Quando em 2021 tomaram posse os actuais eleitos, logo o grupo "AhP/RM" (conhecido como "Grupo Rui Moreira"), suportado em acordo pós-eleitoral estabelecido com o PSD e cujo conteúdo nunca foi tornado público, procurou alcançar no Executivo um número de eleitos superior ao que obtivera nas urnas. Só após intervenção da CCDDR-N - por solicitação da CDU - foi possível repôr a legalidade nessa matéria;
2. Ainda em 2021 o novo Executivo, agora integrando 4 eleitos do grupo "AhP/RM" e 3 do PSD, apresentou um Orçamento com graves erros. De novo, a intervenção da CDU foi crucial para obrigar à reposição da legalidade - embora não de forma completa - também nesta matéria;
3. Nos Planos de Actividades apresentados para 2022, 2023 e 2024, e espelhando a falta de uma estratégia claramente definida e coesa da maioria governante "RM/PSD", foi possível incluir algumas propostas da CDU, nomeadamente quanto à reabertura de valências encerradas pelo anterior Executivo, de maioria absoluta do mesmo grupo "Rui Moreira", e mesmo assim nunca tais actos foram completamente revertidos;
4. A falta dessa estratégia, aliada às contradições no seio da coligação, deterioraram a relação de forças no seio do Executivo, com grande parte das propostas a ser imposta unilateralmente pelo grupo "Rui Moreira", ao mesmo tempo que este ia recorrendo a medidas avulsas que apenas resultaram pelo apoio incondicional da Presidência da Câmara, como seja a devolução, sem juros ou consequências, da verba que em 2019 fora entregue à Junta para recuperar o Mercado de São Sebastião, sendo que a inércia de ambos os Executivos acelerou a sua degradação e provocou



- o seu encerramento depois de devolvido ao Município; ou a criação artificial de uma “renda” a pagar pela Câmara pela utilização como escola primária dos edifícios da extinta Junta de Freguesia da Vitória em Carlos Alberto; só esse tratamento de favor por parte do Município evitou piores consequências da acção dos anteriores Executivos liderados pelo grupo “Rui Moreira” e das situações que haviam herdado, nomeadamente da extinta Freguesia de Cedofeita, pela governação PSD;
5. Dessas desavenças entre o grupo “RM” e o PSD resultaram sucessivas demissões de vogais do PSD e sua substituição por eleitos “RM”, sendo que a última vogal PSD abandonou as suas funções de forma irregular e sem ética, implicando a declaração de perda de mandato, mas a maioria “RM” não só não cumpriu a Lei quanto a essa matéria, como foi procurando impôr - sem sucesso - aquilo que ficara bem claro ser legal e eticamente inaceitável em 2021: ter 7 membros no Executivo, apesar de os eleitores apenas lhe terem confiado 6 mandatos;
 6. Foi ainda tentado, de forma deveras duvidosa do ponto de vista legal, o acesso a financiamento no quadro da Habitação, com uma tentativa de aquisição de um edifício habitado e em mau estado por um preço especulativo, criando expectativas que muito dificilmente poderiam ser cumpridas, enquanto outros edifícios já pertencentes à autarquia e devolutos continuam a degradar-se e a serem mantidos sem utilização;
 7. Igualmente foram utilizados subterfúgios no que respeita ao Pessoal, favorecendo a mobilidade de parte dos trabalhadores para outras Freguesias igualmente geridas pelo grupo “Rui Moreira”;
 8. Foram sendo criados “Protocolos” com entidades terceiras que, em muitos casos, não foram tornados públicos ou sequer dados a conhecer à Assembleia de Freguesia, como deveriam, mesmo quando expressamente solicitados, nem foi dada resposta, ou foi-o inadequadamente, a múltiplos pedidos de informação formulados no quadro legal;



9. Também em sigilo se mantém um conjunto de situações pouco claras, desde a cedência ou aluguer de edifícios à utilização de espaços cedidos pelo Município;
10. As prioridades foram sendo alteradas ano a ano, sem rumo definido e como consequência, até, da falta de um Programa conhecido e sufragado pelos fregueses, que apenas deram uma maioria relativa ao Grupo “Rui Moreira” por um efeito de arrasto relativamente à votação para a Câmara Municipal;
11. Neste Plano e Orçamento para 2025, último ano do mandato, é clara essa falta de rumo, com tentativas de criação de novas prioridades. Ainda que comportando algumas medidas positivas que resultam da pressão da CDU, caem por terra tantas outras, sem que se anteveja que possa daí resultar uma alteração significativa da acção da Junta de Freguesia no sentido de dar resposta às necessidades globais da população, sendo antes de prever que mais uma vez *“algo se modifique para que tudo fique na mesma”*.

Perante este quadro desolador, a CDU entendeu que desta vez não era sequer possível conceder o benefício da dúvida a um Plano e Orçamento com estas características, e por isso votou contra o mesmo.

/CDU: 18 de dezembro de 2024

Declaração de Voto

Abstivemo-nos na votação das Opções do Plano e Orçamento 2025 para a Junta de Freguesia porque, apesar de saudarmos a melhoria na situação financeira e o esforço feito pelo executivo em algumas áreas das Opções do Plano, nomeadamente a educação e os serviços de apoio aos fregueses, discordamos com os seguintes pontos:

- Continuam a não ser incluídas propostas do Bloco de Esquerda que consideramos essenciais nesta Junta, nomeadamente a criação de um gabinete de apoio ao cuidador informal, uma ação integrada em relação a fenómenos de pobreza, e a existência de um orçamento participativo (diferente do colaborativo).
- A visão do executivo sobre segurança na nossa União de Freguesias, que nos parece resumir tudo a policiamento musculado e, por isso, ignorar outras formas de apoio à segurança que ajudassem a resolver problemas críticos na nossa União, como por exemplo a violência doméstica.
- A perspetiva que o executivo tem dos problemas de toxicodependência na União, que deveriam ser discutidos como problemas de saúde e não como problemas de polícia, como refere o executivo.
- As Opções do Plano para o turismo continuam a ignorar a pressão que o setor faz na crise da habitação na cidade bem como num agravar das desigualdades económicas e sociais.

Porto, 18 de Dezembro de 2024

Os representantes do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória